

Documentos Técnicos

Programa Juventude e Meio Ambiente

Série Documentos Técnicos, nº-9

**Órgão Gestor da Política Nacional de
Educação Ambiental**

Documentos Técnicos

Programa Juventude e Meio Ambiente

Série Documentos Técnicos, nº 9

Série Documentos Técnicos

Série publicada pelo Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental com o objetivo de divulgar as ações, projetos e programas de Educação Ambiental voltados a políticas públicas de abrangência nacional.

Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental

Ministério do Meio Ambiente

Ministra Marina Silva

Secretaria Executiva

Claudio Langone

Diretoria de Educação Ambiental

Marcos Sorrentino

Ministério da Educação

Ministro Fernando Haddad

Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade

Ricardo Henriques

Departamento de Educação para a Diversidade e Cidadania

Armênio Bello Schmidt

Coordenação-Geral de Educação Ambiental

Rachel Trajber

SUMÁRIO

1. Introdução	5
2. Objetivos	5
3. Justificativa	5
4. Metas 2005-2006	7
5. Público-alvo	7
6. Estratégias de Implementação	8
7. Resultados e Produtos Alcançados	12
8. Resultados Institucionais	16
9. Bibliografia	17

1. INTRODUÇÃO

O Programa Juventude e Meio Ambiente surgiu em 2005 como uma estratégia do Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental (MEC e MMA) para estimular, ampliar e potencializar o debate e a ação socioambiental das juventudes brasileiras. Foi formulado a partir da sistematização de uma pesquisa realizada em 2004/2005 com mais de 150 jovens integrantes dos Coletivos Jovens de Meio Ambiente – os CJs – de todo o país (MEC/MMA, 2004).

Esta pesquisa contribuiu para identificar o perfil destes jovens já engajados e atuantes na área, por meio de suas ações no âmbito dos CJs. Possibilitou também a identificação de demandas, lacunas, perspectivas, anseios e potencialidades deste segmento na educação ambiental. As principais demandas identificadas foram agrupadas como questões de caráter técnico-formativo, organizacional e material.

O Programa Juventude e Meio Ambiente surge com o objetivo de enfrentar esses três principais desafios identificados pela pesquisa, não de modo centralizado, mas catalisando um processo de parceria e diálogo entre o governo federal, por meio do Órgão Gestor, e os Coletivos Jovens de Meio Ambiente.

2. OBJETIVOS

Objetivo geral

Contribuir para fortalecer pessoas, organizações e movimentos de juventude do país com foco na educação ambiental e juventude, com especial atuação junto aos Coletivos Jovens.

Objetivos específicos

- Incentivar e aprofundar o debate socioambiental com foco em políticas públicas, deflagrando um processo de formação de jovens e de fortalecimento dos seus espaços de atuação;
- Ampliar a formação de jovens lideranças ambientalistas;
- Contribuir para o fortalecimento e expansão dos Coletivos Jovens de Meio Ambiente nos Estados e da Rede da Juventude pelo Meio Ambiente e Sustentabilidade (REJUMA).

3. JUSTIFICATIVA

O Brasil tem cerca de 48 milhões de habitantes entre 15 e 29 anos, dos quais 34 milhões têm entre 15 e 24 anos (IBGE-Censo Demográfico 2000). É nesta faixa etária que se encontra a parte da população brasileira atingida pelos piores índices de desemprego, de evasão escolar, de falta de formação profissional, mortes por homicídio, envolvimento com drogas e com a criminalidade (Projeto Juventude, 2003).

Na área de meio ambiente, a situação dos jovens pode ser assim caracterizada, de acordo com os resultados da pesquisa Perfil da Juventude Brasileira (Projeto Juventude, 2003):

- desinformação sobre o tema (o que é meio ambiente, quais as implicações para o cotidiano, quais as possibilidades na área ambiental);
- visão segmentada do tema, desconectada de questões sociais, políticas, culturais e econômicas. Meio ambiente continua sendo considerado como sendo apenas sinônimo de “natureza” (fauna e flora);
- tema pouco priorizado pelos jovens – “meio ambiente” é considerado como sendo um tema de interesse apenas por 1% dos jovens entrevistados (encontra-se em 18º lugar na pesquisa);
- por outro lado, o tema é o sexto assunto principal que o jovem quer discutir com a sociedade (com 26% das respostas);
- ampla maioria dos jovens não tem qualquer envolvimento na área de meio ambiente. Além do tema ser pouco ou superficialmente conhecido, não participam de nenhuma organização, projeto, campanha ou ação de proteção ambiental.

Por outro lado, as duas edições da Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente (2003 e 2005/2006) e outros projetos de educação ambiental têm mostrado que o tema tem um grande potencial mobilizador de jovens. Os números de estudantes e jovens envolvidos nas Conferências sustentam esse argumento – cerca de 8 milhões participaram de pelo menos uma das duas edições.

Antes mesmo da criação do Programa em 2005, diversas ações haviam sido implementadas com o foco direto ou indireto na área de Juventude e Meio Ambiente, dentre as quais merecem destaque:

- Criação e implantação dos Coletivos Jovens de Meio Ambiente (CJs), em 2003, no âmbito do processo de mobilização da I Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente.
- Estímulo à formação da REJUMA, no bojo do mesmo processo, e demarcando clara intenção de que os CJs se constituíssem como espaços autônomos de atuação socioambiental, tendo no governo federal um parceiro estratégico apenas.
- Formação das Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida (COM-VIDAS)¹ como resposta a uma deliberação da I Conferência, por meio de Seminário de Formação I do Programa “Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas”, realizado em 2004 em Brasília. Neste processo os CJs passaram por uma formação visando à criação das COM-VIDAS nas escolas, por meio da metodologia da Oficina de Futuro. A criação das COM-VIDAS teve forte impulso ao longo de 2004 até meados de 2005, possibilitando que os CJs se fortalecessem e se multiplicassem – promovendo articulações com jovens do interior – e comesçassem a construir uma nova imagem da inserção do jovem em ações de educação ambiental nos estados, especialmente junto às secretarias estaduais de educação.
- Inserção de diversos CJs em processos de juventude impulsionados por várias organizações e em diferentes âmbitos, como por exemplo: Vozes Jovens (Banco Mundial); Fóruns e Redes de Juventude; Conselhos Estaduais e Municipais de Juventude, dentre outros.
- Acompanhamento das discussões relativas à elaboração do Plano Nacional de Juventude junto à Câmara dos Deputados e participação de diversos CJs na Conferência Nacional de Juventude (2004).

¹ Para mais informações, consultar o Documento Técnico nº 10 - COM-VIDA.

Referências legais

- Lei 6.938/1981 – Institui a Política e o Sistema Nacional de Meio Ambiente
- Artigo 225 da Constituição Federal de 1988 – Dispõe sobre Meio Ambiente
- Lei 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente
- Lei 9.795/1999 e Decreto 4.281/2002 – Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA)
- 2005 – revisão do Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA)
- Lei 11.129/2005 – Institui o Pró-Jovem, o Conselho e a Secretaria Nacional de Juventude
- Decreto 5.490/2005 – Dispõe sobre o funcionamento do Conselho Nacional de Juventude
- Portaria 123/2006 – Dispõe sobre a composição e funcionamento do Conselho Nacional de Juventude.

4. METAS 2005-2006

- Consolidação e expansão de 27 Coletivos Jovens (um por Unidade Federativa).
- Ampliação do número de jovens participantes dos CJs de 200 para 800.
- Formação direta de 100 jovens na área de meio ambiente, em cinco temas: educação ambiental, educação ambiental, fortalecimento organizacional, empreendedorismo e participação política.
- Criação de 100 Coletivos Jovens de Meio Ambiente Municipais (no interior).
- Ampliação dos participantes na REJUMA.

5. PÚBLICO-ALVO

O Programa “Juventude e Meio Ambiente” foi concebido para atuar diretamente com os Coletivos Jovens de Meio Ambiente e seus integrantes. Fazem parte dos CJs jovens com idade entre 15 e 29 anos, participantes ou não de organizações e movimentos de juventude ou meio ambiente.

a) Atuação direta:

- 800 jovens membros dos Coletivos Jovens de Meio Ambiente de todos os estados brasileiros.
- 60 jovens de mesma faixa etária, integrantes do Projeto Geo Juvenil Brasil².

b) Atuação indireta:

- Jovens que atuam ou tenham interesse em atuar com essa temática junto aos CJs já existentes ou na criação de novos; Participantes dos Encontros Estaduais de Juventude pelo Meio Ambiente e das ações dos Coletivos Jovens.

² Projeto da ONG Interagir em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - PNUMA que visa mobilizar os jovens e sistematizar suas idéias sobre o meio ambiente. Mais informações: www.geojuvenil.org.br

6. ESTRATÉGIAS DE IMPLEMENTAÇÃO

Com base nos objetivos, no período de 2005 a 2006 o Programa foi estruturado em três linhas principais de ação:

- Formação
- Articulação e Gestão
- Comunicação

Linha de ação de formação

Visa contribuir para a formação de jovens que já atuam na área socioambiental, seja nos Coletivos Jovens de Meio Ambiente (CJs), seja no Projeto Geo Juvenil Brasil. A formação foi concebida em cinco eixos temáticos: 1) educação ambiental; 2) educomunicação; 3) fortalecimento organizacional; 4) empreendedorismo; e 5) participação política. Sua estratégia inclui momentos presenciais e a distância no ambiente de Educação a Distância e-Proinfo³, e a elaboração de projetos de intervenção (descritos no item Resultados Alcançados) como oportunidade de adensamento conceitual.

Com o objetivo de dar sustentação técnica e política a cada um dos eixos temáticos, foram construídas diversas parcerias institucionais com organizações experientes nos temas, algumas das quais merecem destaque:

- **Educação Ambiental:** além do Órgão Gestor da PNEA, conta com a parceria do WWF–Brasil, ONG internacional que atua na área de conservação ambiental com importante atuação na área de educação ambiental.⁴
- **Educomunicação:** Projeto Cala-Boca Já Morreu!, ONG de São Paulo com atuação e experiência na área de educomunicação, realizando cursos e projetos voltados a públicos diversos. Desenvolve ações com jovens, com especial foco em rádio⁵.
- **Fortalecimento Organizacional:** Academia de Desenvolvimento Social, ONG de Recife com atuação com jovens visando seu fortalecimento, organização e empoderamento enquanto movimento juvenil, trabalhando com diversos temas da área social⁶. Inicialmente, a Agência de Cooperação Técnica Alemã (GTZ) também colaborou no tema. A GTZ atua junto a instituições e pessoas, visando expandir sua capacidade de ação no contexto das metas de desenvolvimento acordadas entre os Governos do Brasil e da Alemanha. Tem importante atuação na área ambiental, especialmente na formação de profissionais e no fortalecimento institucional⁷.
- **Empreendedorismo:** O Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental coordena este eixo temático, cujo foco reside na elaboração de projetos e na captação de recursos a partir da experiência dos fundos públicos (Fundo Nacional do Meio Ambiente - FNMA e Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE).

³ www.eproinfo.mec.gov.br

⁴ www.wwf.org.br

⁵ www.cala-bocajamorreu.org

⁶ www.academiasocial.org.br

⁷ www.gtz.org.br

- **Participação Política:** Instituto Sou da Paz, ONG de São Paulo que atua na área de juventude com foco no combate à violência⁸. Desenvolve projetos de formação política de jovens, com foco na questão da violência; e Instituto Ágora em Defesa do Eleitor e da Democracia, ONG de São Paulo atuante no fortalecimento da democracia e na defesa dos eleitores e no controle social de políticas públicas⁹.

Também merecem destaque as seguintes organizações:

- Grupo Interagir, ONG de Brasília formada por jovens do Distrito Federal, cujo foco é fomentar e articular o protagonismo juvenil¹⁰.
- Secretaria Nacional de Juventude, da Secretaria-Geral da Presidência da República.
- Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR).

Estas organizações colaboraram com o Programa “Juventude e Meio Ambiente” de diferentes formas, como apoio institucional, apoio na discussão de temas relevantes para a formação, dentre outras ações conjuntas.

Estas parcerias se mostraram importantes por ampliar a capacidade das ações de formação do Programa, ainda que tenham se inserido num cenário com diversos desafios. Muitas destas organizações não se conheciam e não tinham um histórico de parceria, o que se constituiu num desafio a ser superado.

Ao longo do 2º semestre de 2005 foram realizadas Oficinas de Detalhamento Pedagógico da Formação do Programa “Juventude e Meio Ambiente”, com as organizações parceiras.

Linha de ação articulação e gestão

Busca ampliar e fortalecer as articulações entre os Coletivos Jovens e a REJUMA, com instâncias e espaços de formulação e indução de políticas públicas na área de juventude e de educação ambiental, tais como Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE), Conselhos Estaduais e Municipais de Juventude, Conselhos Estaduais e Municipais de Meio Ambiente, Comissões Estaduais Interinstitucionais de Educação Ambiental (CIEAs), dentre outros.

Frentes de atuação:

- Articulação entre CJs, REJUMA e as Redes de Educação Ambiental, por meio da interlocução direta com a Secretaria Executiva da Rede Brasileira de Educação Ambiental (REBEA);
- Articulação entre CJs e CIEAs;
- Articulação entre CJs e Conselhos de Juventude:
 - a) Nacional (CONJUVE), por meio da inserção da REJUMA como conselheira;
 - b) Estadual, por meio do apoio a diversos CJs no envolvimento com a criação e a implantação de Conselhos Estaduais de Juventude;
 - c) Municipal, idem ao anterior.

⁸ www.soudapaz.org.br

⁹ www.institutoagora.org.br

¹⁰ www.interagir.org.br

Linha de comunicação

Visa socializar informações de apoio às duas linhas de ação anteriores, incluindo a organização de publicações de subsídio à formação. Em 2006, foram publicados dois livros: “Manual Orientador para Coletivos Jovens de Meio Ambiente” e “Juventude, Cidadania e Meio Ambiente – subsídios para elaboração de políticas públicas”¹¹.

Foi proposta a criação de uma identidade visual para os Coletivos Jovens, para fortalecer sua articulação e presença nacional e facilitar a identificação visual com a proposta dos CJs. Essa identidade visual foi incorporada por todos os CJs e acabou sendo adotada como a própria marca do Programa “Juventude e Meio Ambiente”. Sua concepção foi baseada na idéia do coletivo, um grupo de pessoas com idéias, propostas, visões e intencionalidade de agir e de transformar a realidade socioambiental atual. Por outro lado, a adoção desta marca pelos CJs não inviabilizou a criação de suas próprias marcas, reforçando sua autonomia e contribuindo para a construção de sua própria identidade.



Proposta de identidade visual dos CJs e do Programa.

Duas publicações foram elaboradas e distribuídas: o Manual Orientador, de caráter mais aplicado, com foco na criação e apoio à estruturação de Coletivos Jovens de Meio Ambiente pelo país; e um livro mais teórico-reflexivo, com diferentes visões sobre o tema juventude e meio ambiente na perspectiva de políticas públicas¹¹.

Ações transversais - Encontros da Juventude pelo Meio Ambiente

Algumas ações transversais também foram concebidas e implementadas, dentre as quais, duas merecem destaque:

- a) a realização das três edições do Encontro da Juventude pelo Meio Ambiente, respectivamente em Setembro de 2003, Setembro de 2005 e Novembro de 2006, como estratégia de formação, consolidação dos CJs, troca de experiências e articulação entre seus integrantes;
- b) a realização dos Encontros Estaduais de Juventude pelo Meio Ambiente, pactuada durante o II Encontro da Juventude pelo Meio Ambiente (Setembro de 2005), como um mecanismo de cada CJ socializar a experiência vivida nos Encontros de Juventude (nacionais), mobilizar mais jovens para os CJs, além de abrir suas portas para a comunidade, divulgando sua existência e suas propostas;
- c) realização do Encontro Ibero-Americano de Juventude pelo Meio Ambiente, como evento integrado ao V Congresso Ibero-Americano de Educação Ambiental, reunindo cerca de 60 jovens de 15 estados brasileiros e da Argentina;

¹¹ Disponíveis em meio digital no sítio da SECAD/MEC – www.mec.gov.br/secad

- d) co-realização do Projeto Geo Juvenil Brasil, em parceria com Grupo Interagir, PNUMA e Secretaria Nacional de Juventude. Publicação decorrente do Projeto com lançamento no início de 2007;
- e) realização da Formação de Facilitadores para a II Conferência Nacional Infante-Juvenil pelo Meio Ambiente, com 80 jovens facilitadores brasileiros e 17 estrangeiros dos países: Argentina, Bolívia, Colômbia, Cuba, El Salvador, Equador, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Peru e Venezuela.

Acompanhamento

A implementação do Programa no período de 2005 a 2006 se deu de maneira descentralizada, por meio de orientação e acompanhamento permanente junto aos Coletivos Jovens de Meio Ambiente, realizados por meio de:

- realização de três videoconferências com CJs;
- realização de três ADIs – Ambiente de Debate Interativo;
- visitas técnicas às Unidades Federativas (UFs) através de equipe de técnicos “enraizadores” da Coordenação-Geral de Educação Ambiental / MEC;
- envio de comunicados mensais, com informações, orientações e oportunidades do Programa;
- contatos cotidianos via telefone e correio-eletrônico com os CJs.

Parceiros institucionais

ONGs:

Projeto Cala-Boca Já Morreu!
Instituto Ágora
Academia de Desenvolvimento Social
Instituto Sou da Paz
Grupo Interagir
WWF-Brasil

Órgãos Públicos:

Secretaria Nacional de Juventude
Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR)

Executores

Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental, composto pela Coordenação-Geral de Educação Ambiental do Ministério da Educação e pela Diretoria de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente.

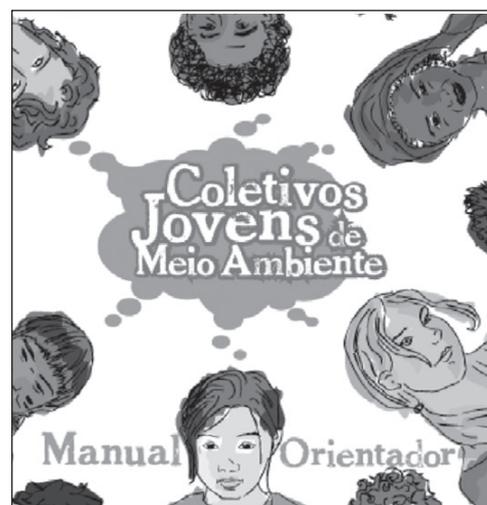
Financiadores

Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental
Caixa Econômica Federal
Phillips
Fundação O Boticário de Proteção à Natureza
Agência de Cooperação Técnica Alemã (GTZ)

7. RESULTADOS E PRODUTOS ALCANÇADOS

A partir da implementação das ações do Programa, no período de 2005 – 2006 foi possível gerar produtos:

- Encontros Estaduais de Juventude pelo Meio Ambiente. Já realizados em 2006 nos seguintes estados: Acre, Goiás, Roraima, Rio Grande do Norte, Paraná, São Paulo, Amazonas, Rio de Janeiro, Bahia, Alagoas, Tocantins, Maranhão e Piauí.
- Encontros Regionais de Juventude pelo Meio Ambiente – já realizados em 2006 nos seguintes estados: Amapá e Minas Gerais.
- Publicação do livro “Juventude, Cidadania e Meio Ambiente: subsídios para a elaboração de políticas públicas”, lançado no Encontro Ibero-Americano de Juventude pelo Meio Ambiente. Tiragem: 10.000 exemplares.
- Publicação (duas edições) “Coletivos Jovens de Meio Ambiente: Manual Orientador”. Tiragem: 10.000 exemplares cada edição.



- Assento da REJUMA no Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE) (resultado indireto, a partir de articulações do Programa).
- Expansão dos Coletivos Jovens para 151 municípios, conforme tabela a seguir:

	UF	Relação de municípios com núcleo do CJ e/ou membros residentes
Norte	AC	Rio Branco, Xapuri, Assis Brasil, Cruzeiro do Sul, Mâncio Lima, Marechal Thaumaturgo, Tarauacá, Feijó, Sena Madureira, Plácido de Castro, Bujari, Eptaciolândia, Brasiléia
	AM	Manaus, Iranduba
	AP	Macapá
	PA	Belém, Marabá, Santarém, Trauateua, Santarém Novo, Oeiras do Pará, Santa Bárbara, Nova Ipixuna, Bagre, Castanhal, Canaã dos Carajás
	RO	Porto Velho
	RR	Boa Vista
	TO	Palmas, Porto Nacional, Miracema, Araguatins, Arraias, Colina, Guaraí, Gurupi, Dianópolis, Tocantinópolis, Araguaína, Paraíso
Nordeste	AL	Maceió, Murici, Arapiraca
	BA	Salvador, Ilhéus, Mucuri e Jerimuabo
	CE	Fortaleza
	MA	São Luís, São José de Ribamar, Colinas, Passo do Lumiar
	PB	João Pessoa, Campina Grande, Pombal
	PE	Recife, Olinda
	PI	Teresina, Campo Maior
	RN	Natal, São Paulo de Potengi
SE	Aracaju	
Centro-Oeste	DF	Planaltina, Guará, Cruzeiro, São Sebastião, Sobradinho, Brasília (Plano Piloto)
	GO	Goiânia, Pirenópolis, Quirinópolis, Ceres, Posse, Pau Melo, Senador Canedo, Bela Vista de Goiás, Iporá, Aparecida de Goiânia, Luziânia, Hitorai, Goiás Velho, Santo Antônio de Goiás, São Luís dos Montes Belos
	MS	Campo Grande
	MT	Cuiabá, Diamantina
Sul	PR	Curitiba, Paranaí, Irati
	RS	Porto Alegre, São Leopoldo, Estrela, Caxias do Sul, Pelotas, Santa Cruz do Sul, Passo Fundo, Santa Maria, Cruz Alta, Uruguaiana, Osório, Guaíba, Bagé, Santo Ângelo, Erechim, Bento Gonçalves, Santa Rosa, Rio Grande, Santana do Livramento, Palmeira das Missões, Três Passos, Vacaria, Cachoeira do Sul, Soledade, Canoas, Gravataí, São Luís Gonzaga, São Borja, Ijuí, Carazinho
	SC	Itajaí, Criciúma, Florianópolis, São José, Joinville, Ibirama
Sudeste	ES	Angra, Paracambi, Quatis, Rio de Janeiro
	MG	Belo Horizonte, Paracatu, Montes Claros, Pirapora, Sabará
	RJ	Angra, Paracambi, Quatis, Rio de Janeiro
	SP	São Paulo, São Vicente, Salto de Pirapora, Itapetininga, Barueri, São José do Rio Preto, Pilar do Sul, Vargem Grande Paulista, Piracicaba, Santos, Itu, Assis, Ribeirão Preto, Sorocaba, José Bonifácio, Iguapé, Altinópolis

- Criação de logomarcas próprias de diversos CJs, conforme quadro a seguir:

Acre	Amapá	Goiás
 <p>Coletivo Jovem de meio ambiente do Acre</p>	 <p>Coletivo Jovem de Meio Ambiente AP</p>	 <p>Coletivo Jovem de Meio Ambiente / GO</p>
Paraná	Rio de Janeiro	Rondônia
 <p>Coletivo Jovem Meio Ambiente CJ-PR</p>	 <p>CJ-RJ Coletivo Jovem de Meio Ambiente</p>	 <p>Coletivo Jovem pela Sustentabilidade de Rondônia</p>
Roraima	Minas Gerais	Pernambuco
 <p>COLETIVO JOVEM DE MEIO AMBIENTE RORAIMA</p>	 <p>CJ-MG Coletivo Jovem de Meio Ambiente</p>	 <p>CJ PERNAMBUCO</p>

- Ampliação do número de jovens participantes dos Coletivos Jovens, conforme gráfico e tabela a seguir:



- Apoio e parceria dos CJs com as Secretarias de Estado da Educação na maioria das UFs (SEDUC/SEE):



Através deste gráfico observamos que a maioria dos CJs tem nas ONGs e OSCIPs suas principais parceiras, o que faz destas instituições aliadas fundamentais. A maioria das Secretarias Estaduais de Educação (SEDUC/SEE) é parceira dos CJs, o que demonstra uma evolução neste panorama. Quando os CJs foram criados, em 2003, a maioria das SEDUCs não estabelecia diálogo com eles e não aceitava a ação dos jovens no interior dos espaços escolares. À medida que os CJs foram realizando suas atividades no âmbito das Comissões Organizadoras Estaduais (COE)¹² e em outras esferas, eles foram conquistando seu espaço e ganhando credibilidade junto às SEDUCs.

¹² Comissões responsáveis pela organização da Conferência Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente nos estados.

8. RESULTADOS INSTITUCIONAIS

Neste primeiro período (2005-2006), que pode ser denominado Fase 1, o Programa Juventude e Meio Ambiente desenvolveu diversas ações que contribuíram para o alcance dos objetivos propostos e desencadearam novas ações e importantes resultados.

A Fase 2 do Programa (2007–2010) deverá centrar-se nos desafios identificados - questões político-institucionais; conceituais e técnicos; estruturais e materiais - procurando construir oportunidades e estratégias de superação, sem perder de vista os avanços construídos e os princípios do Programa. Merece destaque também a necessidade de uma maior integração entre os ministérios envolvidos na coordenação e gestão do Programa, por meio de planejamentos conjuntos, encontros periódicos, otimização de recursos etc. A própria institucionalização do Programa pode contribuir para essa maior integração.

A discussão e a ação socioambiental por parte das juventudes brasileiras é ainda recente e incipiente, se pensarmos nos mais de 35 milhões de jovens que vivem no país na atualidade¹³. Mas, ainda que se configure num tema novo, vem demonstrando ter um fabuloso potencial de mobilização e engajamento de jovens. O Programa Juventude e Meio Ambiente espera estimular cada vez mais jovens a envolver-se com o tema, por meio da organização e atuação nos chamados Coletivos Jovens de Meio Ambiente, assim como valorizar e reconhecer outros coletivos, redes, movimentos e organizações envolvidos com o tema.

Atuar na formação dos participantes destes grupos (CJs, redes, organizações etc.) é uma estratégia do Programa, com impactos de curto, médio e longo prazos. Sabe-se que a demanda apontada por estes grupos é mais complexa e que requer ações coordenadas e conjuntas entre as diferentes esferas de governo e demais organizações da sociedade. Um passo importante está sendo dado à medida que se estimula a percepção e o envolvimento dos jovens no campo socioambiental, mas pode ser interrompido se não for seguido por outras ações nesta direção, compartilhadas também por outras organizações da sociedade.

Um desdobramento já identificado refere-se à presença cada vez mais clara do tema “meio ambiente” junto a movimentos, organizações, grupos, coletivos e eventos de juventude, ainda que de maneira pontual e parcial. Este pode ser o primeiro passo para a realização de um debate mais qualificado e crítico, numa perspectiva de atuação política na área socioambiental. Esse parece ser o legado que o Programa Juventude e Meio Ambiente deixa, ainda que seja apenas uma percepção inicial. A Fase 2 do Programa deverá se debruçar na avaliação deste indicativo e procurar traçar novos desdobramentos, desafios e perspectivas de ações de, para, com juventude na área socioambiental no país.

Algumas lições aprendidas desta Fase 1 do Programa merecem ser identificadas, para servirem de referência para o planejamento das estratégias de ação da Fase 2:

- a) maior integração no planejamento, implementação e avaliação das ações do Programa no âmbito das coordenações e equipes técnicas das secretarias e ministérios envolvidos (MMA, MEC e Secretaria Nacional de Juventude). Atenção especial para as equipes de enraizadores (MMA e MEC), ampliando a integração deles com as ações e objetivos do Programa;

¹³ Considerando a faixa etária de 15 a 24 anos. Se for considerado o recorte etário de 15 a 29 anos, o número alcança a marca dos 50 milhões de jovens.

- b) ampliar investimento dos ministérios definindo um orçamento específico para as ações do Programa. Com isso, a necessidade de captação de recursos para a realização de ações do Programa seria reduzida;
- c) ampliar o alcance e a atuação do Programa para além dos CJs, envolvendo outros grupos, como redes, organizações, movimentos e outros coletivos de juventude com atuação no tema;
- d) priorizar estratégias de ação que potencializem a autonomia e o fortalecimento dos grupos envolvidos;
- e) avançar em ações de formação técnica, de adensamento conceitual e de reflexão política junto ao público envolvido no Programa;
- f) ampliar as oportunidades oferecidas pelo Programa para uma maior diversidade de municípios do país. Evitar concentração de ações nas capitais dos estados, de modo a construir e consolidar uma maior capilaridade de alcance do Programa;
- g) estimular uma maior autonomia do público envolvido no Programa com relação às ações e aos programas federais (conferências, formações etc.). Estas oportunidades podem ser oferecidas numa perspectiva de parceria, mas deve-se evitar que estes grupos construam sua identidade vinculada a eles.

9. BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Ministério da Educação. *Perfil dos Conselhos Jovens de Meio Ambiente*. Brasília: MEC/MMA, 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/resultados_pesquisa_cj_marco_2005.pdf>. Acesso em: março de 2005.

IBGE. Censo Demográfico 2000. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: setembro de 2006.

PROJETO JUVENTUDE. Instituto Cidadania. Perfil da Juventude Brasileira. Disponível em: <<http://www.projetojuventude.org.br>>. Acesso em: setembro de 2006.

II CONFERÊNCIA NACIONAL INFANTO-JUVENIL PELO MEIO AMBIENTE, Brasília, 27 abr. 2006. *Anais...* Brasília: MEC/MMA, 2006. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/conferenciainfanto>> Acesso em: setembro de 2006.

Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental

Série Documentos Técnicos

1. CIEAs – Comissões Interinstitucionais de Educação Ambiental
2. Programa Nacional de Educomunicação Socioambiental
3. Construindo juntos a educação ambiental brasileira: relatório da Consulta Pública do ProNEA
4. Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável
5. Programa Latino-Americano e Caribenho de Educação Ambiental
6. O desafio do Movimento *Sharing Nature* na Educação Ambiental Contemporânea
7. Portfólio Órgão Gestor da Política Nacional da Educação Ambiental
8. Programa Nacional de Formação de Educadores Ambientais – ProFEA
9. Programa Juventude e Meio Ambiente
10. Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola – COM-VIDA
11. II Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente – Processos e Produtos
12. Mapeamento da Educação Ambiental em Instituições Brasileiras de Educação Superior: elementos para políticas públicas
13. Programa de Formação Continuada dos Analistas Ambientais do Ministério do Meio Ambiente

Diretoria de Educação Ambiental
Secretaria Executiva
Ministério do Meio Ambiente

Esplanada dos Ministérios – Bloco B – sala 553
CEP 70068-900 – Brasília – DF
Tel. (61) 4009-1207
Fax. (61) 4009-1757
www.mma.gov.br/ea
educambiental@mma.gov.br

Coordenação-Geral de Educação Ambiental
Departamento de Educação para
Diversidade e Cidadania
SECAD
Ministério da Educação

Av. L2 Sul – Quadra 607 – Lote 50 – sala 212
CEP 70200-670 – Brasília – DF
Tel. (61) 2104-6142
Fax. (61) 2104-6110
www.mec.gov.br/secad
ea@mec.gov.br